

CNDM: Movimentos de Mulheres apresentam suas críticas ao novo formato

Criado a partir do Decreto Federal nº 4.773, o novo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vem recebendo críticas de feministas e integrantes dos movimentos de mulheres, sobretudo das que expressaram suas expectativas para o CNDM durante a audiência pública convocada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em abril deste ano. Na ocasião, a AMB considerou fundamental que o CNDM tivesse resguardada a sua independência, dentro da perspectiva de um conselho deliberativo, com caráter de controle social e assessoria à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O que encontramos no Decreto é um CNDM de "caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria". Para a feminista Betânia Ávila (SOS Corpo), uma das participantes do GT que discutiu propostas para o Conselho, a estrutura definida para o CNDM "é frágil e redundante em relação à Secretaria", tanto por apresentar atribuições mais pertinentes à própria Secretaria, como por estar integrado a esse órgão, sem nenhuma estrutura própria para o seu funcionamento, sendo presidido inclusive pela própria ministra. Por esta configuração, o CNDM termina carecendo de um sentido próprio e se fragiliza, ressalta Betânia. Outra crítica de Betânia está na opção pelo decreto federal, no lugar de um projeto de lei, "que é o que se costuma usar como forma democrática para instituir coisas". Por outro lado, Betânia considera que um ponto positivo do novo CNDM é a participação da sociedade civil, com presença majoritária entre as/os conselheiras/os.

Essa opinião é compartilhada também pela feminista Gilda Cabral (CFEMEA). O que mais chamou a atenção de Gilda, no entanto, foi o processo como um todo. Na Audiência Pública, a Secretaria afirmou que, antes de qualquer norma, enviaria para o movimento a proposta sobre o CNDM. Infelizmente, isso não aconteceu. Gilda reforça os pontos críticos apontados por Betânia Ávila, tanto em relação à escolha pelo decreto e diante do caráter consultivo do CNDM. Ela chama a atenção para a ausência de orçamento e a dependência total à SEPM, pela falta de estrutura para funcionamento. Gilda acredita que isso poderá inviabilizar até a responsabilização do CNDM frente às competências definidas no Decreto. "O Conselho provavelmente não poderá monitorar, avaliar e propor mudanças nas políticas governamentais, deixando de cumprir seu papel de controle social". Além disso, o CNDM não será a instância responsável pela realização da Conferência Nacional de Políticas Públicas, apenas participará da organização.

Do ponto de vista político-organizativo, o Artigo 4º do decreto fala em perda de mandato, em caso de falta, apenas para representantes da sociedade civil. Gilda questiona: por que isso não está assinalado *também* para os ministros que faltarem a três reuniões?

Para Almira Rodrigues (CFEMEA), é bastante grave essa perda de *status político* do CNDM que, desde sua criação, foi considerado como órgão deliberativo. "O Conselho foi uma conquista dos movimentos de mulheres e neste novo formato está desvalorizado", afirma.

Como integrante do GT, representando também os movimentos de mulheres, a feminista Vera Soares considera que a perspectiva traçada pelo Grupo, em diálogo com os movimentos, era a de fortalecimento de duas instâncias, uma de caráter executivo e articulador da participação, e outra de representação da sociedade e de controle social. Para Vera, a idéia era estabelecer missões e objetivos que não fossem competitivos para essas instâncias, que são a Secretaria e o CNDM.

Embora tenha ampliado a participação da sociedade civil, o CNDM não tem nenhum momento de deliberação. Isso não significa que deveria ser o Conselho exclusivamente deliberativo e a Secretaria exclusivamente executiva. "O que pensávamos era que o Conselho deve deliberar em relação às estratégias para a construção da igualdade, que são questões de longo prazo, estruturadoras", esclarece Vera. Ela também pensa que o CNDM deveria ser um ator importante na convocação da Conferência. Da forma como está no decreto, é apenas "um a mais". Vera lamenta a falta de divulgação da proposta pensada para o CNDM, sobretudo para os movimentos que participaram da audiência pública realizada pela Secretaria.

Apesar das críticas, as três feministas entendem que o momento é de debate e de construção, cabendo ao movimento a tarefa de fortalecer o CNDM como espaço de controle social, para defesa de suas propostas, inclusive no campo de reformulação e de aprimoramento do próprio Conselho.

A instalação e posse do Colegiado do CNDM serão realizadas em data a ser agendada pela Presidência da República, mas a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está solicitando às articulações e redes nacionais dos movimentos de mulheres que encaminhem os nomes das representantes, titular e suplente, até o dia 30 de julho. Pelo Decreto, a Secretaria deve enviar até 20 de agosto os nomes das integrantes do CNDM ao Presidente Lula.

PPA

Fórum de Natal participa da audiência

Participaram da audiência pública do PPA, no Rio Grande do Norte, três representantes do movimentos de mulheres, ligadas à AMB (Analba Brazão) e ao Fórum de Mulheres do estado (Ivanete Oliveira e Elizabete Nasser). Durante a audiência, elas priorizaram o debate dos temas: Inclusão social e redução das desigualdades sociais; Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Na avaliação de Analba, a participação e discussão nos grupos foi muito interessante, considerando a presença de 160 pessoas e representação de 88 entidades. "Como representantes do movimento de mulheres, conseguimos trabalhar o tempo inteiro com a Plataforma Política Feminista, colocando nas propostas e desafios do Plano Plurianual vários itens da PPF.

Fórum de Natal promove reunião com Emília Fernandes

Em Natal, outra atividade do Fórum de Mulheres foi a promoção de uma reunião ampliada com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dia 15 de julho, com a presença da Ministra Emília Fernandes. A convocação do Fórum teve por objetivo colocar para a ministra as demandas do movimento de mulheres e órgãos governamentais, como conselhos, delegacias e secretaria de saúde.

No diálogo com cerca de 80 pessoas, foi colocada como questão central, pela maior parte das instituições, a violência contra a mulher. Diante de diversas perguntas sobre o assunto, o governo informou que está se propondo a fazer um monitoramento, numa perspectiva de diagnóstico, identificando entre os mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência: o que já existe, o que funciona e como funciona, para depois pensar políticas para essa questão. Emília Fernandes frisou que estará sendo repensado na Secretaria o formato proposto para os abrigos, a partir do acompanhamento de alguns deles.

Dia da Mulher Negra

No próximo dia 25 de Julho, a organização negra e feminista CRIOLA (RJ) estará festejando o Dia da Mulher Negra Afrolatino-americana e afrocaribenha, com exposição de fotos sobre os 10 anos da entidade, além de feira de artesanato e do debate "Mulheres Negras em Destaque: vida e poesia".

O 25 de julho é um marco internacional de luta e resistência da mulher negra, e foi assim definido durante o I Encontro de Mulheres Afrolatino-americanas e afrocaribenhas, realizado em San Domingos (República Dominicana), em 1992.

Também em referência ao dia, a organização de mulheres negras Uialá Mukaji (PE) promoverá manifestação pública contra a violência que afeta as mulheres em Pernambuco, denunciado que as negras são as mais atingidas. A iniciativa de Uialá faz parte de um conjunto de atividades do Fórum de Mulheres de Pernambuco, frente a esta questão.

Contextos

Para conhecimento e aprofundamento do debate sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), anexamos o Decreto Federal nº 4.773, de 7 de julho deste ano, que estabelece sobre a composição, estrutura e competências do Conselho.

Num segundo arquivo, apresentamos as conclusões e recomendações da Oficina Regional para a Adoção e Implementação de políticas afirmativas para afrodescendentes da América Latina e do Caribe. A oficina foi realizada em maio deste ano, em Montevideo. Participaram representantes de organizações não-governamentais de afrodescendentes da região, além de representantes de governos, de associações de defensores de Direitos Humanos e agências das Nações Unidas.